



Uma teocracia pentecostal? Considerações a partir da conjuntura política atual

A Pentecostal theocracy? Considerations based on the current political situation

João Décio Passos *

Resumo

A reflexão tem como objetivo analisar as igrejas e indivíduos de tendência pentecostal que hoje ocupam o poder no governo brasileiro. Tais sujeitos pensam e agem a partir de uma teologia política teocrática. Essa perspectiva pré-moderna superada pelas filosofias políticas antropocêntricas persiste como visão que se traduz em discursos, em atitudes e em políticas públicas. A reflexão segue um método analítico que se ancora em dados conhecidos da realidade atual. Conclui que os pentecostais atuantes no governo atual buscam um fundamento religioso capaz de superar a crise pela qual estariam passando o Estado e a sociedade brasileira. A afirmação de que Deus está no comando da política por meio de representantes eleitos pelo povo faz confluir o exercício democrático do poder com fundamentos teocráticos. A ascensão dos pentecostais ao poder nacional vem de algumas décadas e revelou sua presença na formação das “bancadas evangélicas”. O Estado laico institucionalmente estabelecido tem suportado gestões religiosas que se apresentam como legítimas e como urgentes para a salvação da nação do grande inimigo: as esquerdas. Projeto ultraliberal e exercício autoritário do poder têm sido a tradução política concreta do poder de Deus em ação no governo atual.

Palavras-chave: Conjuntura. Evangélicos. Pentecostalismo. Política. Teocracia.

Abstract

The reflection aims to analyze the churches and individuals of Pentecostal tendency that today occupy power in the Brazilian government. Such subjects think and act from a theocratic political theology. This pre-modern perspective surpassed by anthropocentric political philosophies persists as a vision that translates into speeches, attitudes and public policies. The reflection follows an analytical method that is based on data known from the current reality. It concludes that the Pentecostals working in the current government seek a religious foundation capable of overcoming the crisis that the Brazilian state and society would be experiencing. The assertion that God is in charge of politics through representatives elected by the people brings together the democratic exercise of power with theocratic foundations. The rise of Pentecostals to national power goes back a few decades and has revealed its presence in the formation of "evangelical benches". The secularly institutionalized state has supported religious movements that appear to be legitimate and urgent for the salvation of the nation from the great enemy: the left. Ultra-liberal project and authoritarian exercise of power have been the concrete political translation of the power of God in action in the current government.

Keywords: Conjuncture. Evangelicals. Pentecostalism. Politics. Theocracy.

Artigo submetido em 30 de abril de 2020 e aprovado em 10 de dezembro de 2020.

* Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Livre-docente pela PUC-SP. Professor do ITESP. País de origem: Brasil. E-mail: jdpassos@pucsp.br

Introdução

Os regimes teocráticos foram superados com as democracias modernas, ao menos no Ocidente, ou com mais precisão, ao menos com uma elite política – de cidadãos em geral e de intelectuais e profissionais modernos - dessa parte do mundo que se encontra em construção há mais ou menos mil anos (NEMO, 2005). Como sistema político, as teocracias deram lugar aos governos democráticos, mesmo quando a figura de estado confessional subsistiu como lei e como governo. Como cosmovisão, foi sobreposta por uma filosofia política que considerou o poder como coisa unicamente dos homens. O mundo ocidental se estruturou no epicentro dessa convicção e dessa prática e separou de modo excludente duas maneiras de abordar o mundo político: o da teologia política e o da filosofia política, como explica Mark Lilla (2007). A teocracia pode ser compreendida como regime político e como mentalidade, sendo ambos fundamentados em uma teologia política: Deus como fonte única e direta de todo poder político.

A hipótese que será aqui defendida é a de uma mentalidade teocrática, ou seja, de uma visão de poder político fundamentado em Deus, persistente e emergente sob novas formas no governo atual. No caso do Brasil, trata-se de uma teologia do poder construída com credos, ferramentas e sujeitos de origem majoritariamente pentecostal.¹ As igrejas pentecostais foram gradativamente ocupando postos de poder, primeiramente no legislativo e, em seguida no executivo, lançando mão de visões teológicas como fundamento do poder, visões que agora se explicitam e tornam-se hegemônicas na prática do governo atual.

Ao menos na era moderna, as teologias políticas emergiram com mais legitimidade quando as crises se fizeram presentes e desvelaram as dificuldades práticas de as lideranças políticas conduzirem os governos dentro das regras

¹ O conceito pentecostal designa o segmento cristão que se organiza como igrejas autônomas e atua como tendência dentro das igrejas históricas. Os pentecostais sustentam suas origens no evento de pentecostes descrito no livro de Atos dos Apóstolos (At 2,1-13) e tiveram início nos EUA no ano de 1906. Trazem a marca comum original da experiência religiosa do batismo no Espírito, a manifestação dos dons das línguas e das curas e os rituais de exorcismo, praticam uma hermenêutica literal do texto bíblico, atuam com cultos marcados por intensa experiência emotiva. As tendências neopentecostais incorporaram novos elementos, como a teologia da prosperidade, o uso intenso das mídias televisivas e digitais e a presença de representantes na política. Conferir: (ROLIM, 1985; 1995); (FREESTON, 1994); (CAMPOS, 1997); (MARIANO, 1999).

democráticas. O namoro e as uniões estáveis de regimes autoritários com as igrejas contam essa saga do Deus todo poderoso que nos salva e nos conduz por caminhos seguros pelas mãos firmes de algum líder escolhido para tal missão.

Uma teologia política teocrática tem vigorado com bastante conforto no poder político brasileiro como perspectiva que condiciona a composição e o *modus operandi* do atual governo. Se, por um lado, o quadro é inédito, por outro, constitui o resultado de um processo histórico que vem de longa data; conta com elementos teológicos pentecostais, com dados conjunturais e com a ascensão política crescente de grupos pentecostais no poder legislativo. Nenhuma conjuntura cai do céu ou nasce por força do acaso, mas, ao contrário, resulta da confluência de fatores históricos que necessitam ser expostos e compreendidos. A teologia política teocrática hoje presente e, muitas vezes, hegemônica na visão do governo atual é um produto político que conta com diversas variáveis que se confluem. Aqui serão expostas algumas principais: a cosmovisão religiosa pentecostal centrada na ação direta do poder de Deus na natureza e na história, a ascensão histórica de representantes de igrejas regidas por essa matriz e a crise atual da democracia liberal.

1 Colocação do problema

As análises de conjuntura são sempre um esforço de compreensão da realidade presente, contando com elementos empíricos e teóricos mutuamente articulados. Não podem ser, portanto, nem especulação teórica e nem visão imediata e espontânea da realidade. Em ambos os casos, a realidade pode ser falsificada, ou em função das pré noções que condicionam a visão presente ou em função de ideias preconcebidas que dispensam os dados de realidade. De outra parte, carrega o limite inevitável da factualidade presente que pode ser alterada no momento em que alguma variável intervenha efetivamente no contexto e provoque sua modificação. Portanto, toda análise social é sempre datada no tempo. As análises sobre uma “teocracia pentecostal” instalada na conjuntura política

nacional atual carregam esses pressupostos e limites metodológicos.² No entanto, a realidade fala por si mesma quando se verificam não somente a composição do alto escalão do governo atual, mas, sobretudo, os discursos e projetos que vão sendo comunicados publicamente pelas diversas mídias. Uma determinada visão religiosa de matriz pentecostal está presente no fundo e na forma do governo e esconde e revela uma teologia do poder político em franca operação. Se o estado brasileiro permanece laico em suas estruturas e subsiste, portanto, como concretização de um projeto que nega a legitimidade do poder teocrático, no entanto, uma cosmovisão de poder religioso fundamenta e direciona os projetos de governo e conta com sujeitos religiosos que lhe dão operacionalidade em decisões governamentais e, em muitos casos, em políticas públicas. Trata-se de algo evidente e que até mesmo já se tornou rotina.

Contudo, emergem perguntas inevitáveis. A primeira delas é sobre a própria teologia pentecostal do poder, uma teologia propositiva que superou uma teologia negativa que vigorou nessa matriz cristã até um tempo não muito distante. Como essa teologia foi construída? Com que matéria prima, com quais sujeitos e interesses? A segunda diz respeito ao *modus operandi*: como as diversas denominações pentecostais presentes no poder convivem entre si, incluindo nesse panteão os católicos com suas posturas integristas cada vez mais públicas? A terceira questão é sobre as condições de instalação de uma gestão religiosa do Estado. Como essa condição foi historicamente construída em uma “democracia consolidada”, como se acreditou até bem recentemente?

O chamado estado moderno, representante e protagonista, filho e pai da modernidade secular, vigorou como valor, regra e prática desde o epicentro do Ocidente, maximizado e sacramentado com as revoluções francesa e americana. As nações que se libertavam das teocracias nessa parte do planeta adotaram o estado laico como modelo político e, evidentemente, sua filosofia subjacente: secular, laica

² A presença das igrejas evangélicas no governo agrega a marca comum pentecostal, embora a tendência seja composta por diferentes denominações. O termo evangélico consensualmente utilizado para designar as bancadas cristãs não católicas atuantes nos parlamentos parece ter abrigado em sua generalidade as diferentes denominações, embora esconda o perfil teológico-eclesial predominante desses grupos como pentecostais. Cf. FONSECA, 2019.

e em conexão direta com ciências. Não parece ter interessado a esse sistema político – como práxis e pensamento – considerar qualquer sobrevivência de uma cultura teocrática que pudesse subsistir na alma popular e, menos ainda, qualquer possibilidade de emergência dessa cosmovisão em termos políticos reais. A superação segura de uma perspectiva teológica política de fundo teocrático por uma filosofia política antropocêntrica demarcou as mentalidades modernas. Por conseguinte, a segurança da laicidade consolidada nas estruturas laicas do Estado deu e dá o clima e as condições para o exercício da política nos três poderes, para os processos legais de renovação dos mesmos e para o exercício das funções em benefício de cada cidadão e do bem comum. Não obstante as recaídas teocráticas que podem ser observadas no decorrer da história, assim como as teologias políticas disfarçadas ou hospedadas dentro das instituições laicas, o regime e as ideologias teocráticas foram, de fato, lançados para tempos e espaços distantes e considerados cada vez mais fora de moda nos tempos modernos. Fariam parte de uma era superada e sem possibilidade de retorno! Os fatos mais recentes da política mundial têm colocado em questão essa convicção segura e esse ideal político, de modo emblemático no caso do Brasil. Se o regime teocrático está superado, suas bases teológicas persistem e buscam modos de se viabilizar politicamente por dentro das estruturas laicas do Estado.

Uma frente político-religiosa se espalha e se configura mundo afora com suas idiossincrasias locais. Na América do Norte, o ex-presidente Trump não foi tão original quanto possa parecer. A visão de que os EUA concretizam politicamente o povo escolhido por Deus para ser o seu juiz sobre o mundo e defender o Ocidente de um inimigo iminente, com nomes variados (antigamente os comunistas, hoje os islâmicos), persiste como convicção na alma política norte-americana e, sobretudo, no partido republicano (BLOOM, 1997, p. 11-13). Na Europa secularizada, defensora da pluralidade de manifestações e berço dos direitos humanos regurgitos teocráticos soam mais inéditos, embora conquistem efetivamente espaços sociais e planejam postos de poder, caso de Matteo Salvini na Itália. Essa extravagância política se apresenta em todos os casos como solução urgente para uma grande crise mundial que anuncia o caos iminente, crise da economia e, por conseguinte,

da democracia liberal corrompida pela lógica mercadológica e rendida ao mercado financeiro mundial (CASTELLS, 2008; LEVITSKY-ZIBLATT, 2018).

O fato atual: o Estado laico não é mais o mesmo em uma democracia que não é mais a mesma em uma economia que não é mais a mesma. De outro lado, os pentecostalismos não são mais os mesmos, assim como os católicos e outras religiões ajustadas que estão às dinâmicas mundiais do poder econômico-financeiro e da cultura do consumo. A volta aos fundamentos mais antigos do poder e da ordem social e política adquire força simbólica para garantir o rumo da história e superar uma crise de fisionomia catastrófica que ameaça o mundo e de modo particular o Ocidente, mas, de modo caricatural o Brasil. Deus acima de tudo! Portanto, uma visão teocrática emerge como saída para uma crise que estaria assolando o país e no comando um agente inédito forte o suficiente – por si mesmo e em si mesmo – para restaurar a ordem em crise e superar o caos. Deus salvará a nação e não as regras instituídas do Estado moderno laico.

2 Onde está a teocracia?

A resposta elaborada a partir de um *olhar para fora* do Ocidente laico moderno é sempre mais simples: as teocracias marcaram presença no passado da cristandade antiga e medieval e sobrevivem em alguns países islâmicos nos dias de hoje. E, por conseguinte, podem estar vivas no imaginário de quem defende esses regimes ainda hoje no Ocidente em movimentos políticos e religiosos, como no caso dos integristas católicos (ANTOINE, 1980; GALLEGO, 2019), os fundamentalistas islâmicos e evangélicos (ARMSTRONG, 2001, p. 353-402). Mas, parece evidente tratar-se de uma questão mais complexa. Uma teologia do poder político sempre fez parte da mentalidade de grupos políticos atuantes nos EUA, para ficar no Ocidente. Por outro lado, não se pode falar em uma teocracia inglesa, não obstante tratar-se um estado confessional. Haveria que perguntar também se, no âmbito da chamada religião civil (AZEVEDO, 1981), não se mantém viva uma teologia do poder político dentro das sociedades secularizadas e dos próprios Estados laicos? O fato é que essa pergunta jamais chegou no âmbito de uma

teologia política popular, onde Deus jamais deixou de ser a origem de todos os poderes, incluindo o poder político. Nas religiões populares Deus jamais foi destronado e permaneceu como causa imediata dos fatos naturais e históricos, como provedor ou como castigador. Os políticos mais espertos (populistas) sempre souberam tirar proveito dessa mentalidade no decorrer dos tempos modernos. No caso do Brasil, vale lembrar o projeto de neocristandade defendido por pensadores católicos no século passado (AZZI, 1994). Algumas interrogações de fundo se tornam inevitáveis. O Ocidente terá caminhado politicamente mais sobre um credo do que sobre um fato? A força do poder da religião (poder de Deus) foi recorrida como apoio político quando determinadas urgências históricas se impuseram. O estado laico esteve edificado sobre areias, tendo ao fundo teocráticas seculares? Uma teologia política teocrática terá sobrevivido na alma religiosa de confissões cristãs e emergido quando sujeitos munidos dessa perspectiva foram ascendendo politicamente e ocupando o poder? Ou, tratar-se-ia nada mais que uma busca de apoio eleitoral nas massas religiosas?

O poder político teocrático articula de modo monista poder sobrenatural de Deus com poder natural do governante, sendo este exercido diretamente não somente em nome daquele, mas a partir dele e com ele. O governante é a própria expressão do poder de Deus, o governo é o exercício legítimo desse poder e o território político a demarcação da identidade religiosa que aí se configura. Um Deus, um governante, um Estado, um território, uma religião etc. É bem verdade que estamos diante de um tipo ideal que, na realidade, nem sempre encontrou os meios concretos de realização. O historiador George Minois mostra que a idade média não foi uma totalidade cristã como normalmente se afirma ter sido (2014, p. 71-116). Por outro lado, pode-se constatar o inverso em muitos estados confessadamente laicos que se sustentaram sobre bases religiosas. Mas, o fato é que os regimes teocráticos perderam a legitimidade no Ocidente e naquelas zonas do planeta em que foi assimilado como valor práxis (NEMO, 2005).

De fato, a separação entre Igreja e Estado configurou uma separação segura e confortável que dispensou olhares mais profundos em busca de sobrevivências

teocráticas no âmbito popular, concretamente nas representações das religiões populares. Os dois territórios institucionalmente definidos como distintos por meio dos próprios instrumentos modernos instauraram uma separação oficial, construíram estatutos distintos, asseguraram uma gestão autônoma de ambas as partes, definiram os papéis dos respectivos sujeitos, elaboraram acordos embora, muitas vezes, viessem copular às escondidas. A estabilidade de uma separação legítima não precisou considerar os riscos de emergências teocráticas por vias políticas igualmente legítimas por crer que um estado laico estivesse garantido por força de seu próprio modelo. Se o regime do estado laico, de fato, oferece a garantia básica dessa identidade, não pode evitar, contudo, uma gestão religiosa executada por sujeitos religiosos ou por religiosos políticos que operam por opção ou por limite com uma teologia política de tipo teocrático. A morte lenta da democracia ocidental (LEVITSKY-ZIBLATT, 2018) traz um ingrediente religioso que se mostra legítimo para o estupor dos crentes seguros na laicidade do Estado. O retorno ao religioso parece compor, de fato, o arsenal principal desse assassinato já corriqueiro.

A história das teologias políticas populares ainda está por ser escrita pelos cientistas políticos modernos. A percepção popular religiosa do mundo não se restringiu jamais ao domínio do cosmológico – poder de Deus sobre as forças da natureza – e menos ainda, como rezou o dogma da laicidade do estado, como direito individual (liberdade religiosa) e como instituição separada das igrejas. A cosmologia popular não fez a grande separação entre teologia política e filosofia política (LILLA, 2007); ao contrário, permaneceu indistintamente cosmológica e política, sabendo, contudo, ser possuidora das ferramentas de domínio da natureza (pelos meios mágicos disponíveis) e desprovida das ferramentas do domínio político. Essa impotência político-religiosa parece ter sido superada nos últimos tempos. A teologia política teocrática renasce como força e estratégia concretas em grupos que almejam ou já chegaram no poder nos dias de hoje. Uma política encantada que brotou de um cosmos encantado. O Deus todo poderoso que comanda as forças da natureza estará agora no comando direto da nação por meio de um projeto de governo e de um líder associado às igrejas.

Uma teocracia pode ser entendida como concepção e como prática que se concretiza em um regime político que vem a ser exercido por uma Igreja que se alia ao poder (regime político da cristandade) ou por uma casta sacerdotal que exerce o governo (caso dos estados islâmicos), distingue Abbagnano (p. 1118). Como concepção de poder afirma que toda autoridade procede de Deus e que os governantes são os escolhidos para exercer essa função. Se, como regime, as teocracias podem ser localizadas de modo nítido e institucional no tempo e no espaço, como concepção pode subsistir como fundamento que rege determinados governos que nem sempre se apresentam com esse fundamento de modo direto e explícito. Com efeito, não parece desnecessário constatar hoje que a burocracia estatal moderna não está livre de uma percepção teocrática de seus fundamentos e nem mesmo de uma gestão religiosa de suas estruturas e dinâmicas. O aparelho impessoal estruturado com regras objetivas (WEBER, 1997, p. 172-180) não é naturalmente laico, embora o Ocidente tenha acreditado espontaneamente nisso. Os fatos recentes têm mostrado que a burocracia religiosamente neutra do Estado moderno suporta gestões religiosas e até mesmo políticas públicas tendenciosamente religiosas. A laicidade estatal pode ser uma formalidade defendida filosófica e juridicamente, mas sem correlatos diretos com políticas laicas. Espírito teocrático encarnado em um corpo laico.

A conjuntura do governo atual exhibe uma visão explícita de teocracia, ou seja, de exercício do poder em nome de Deus, concretamente por meio de algumas igrejas que ali compõem o primeiro e o segundo escalão e que atuam como força remota, embora visível. Uma teologia do poder religioso está viva como percepção, como projeto e como gestão de governo. O estado laico se depara diariamente com esse desconforto e se encolhe em sua identidade e em seus mecanismos legais de resistência. A visão do poder político com sua referência direta a Deus se mostra nos discursos do presidente e de seus ministros, em atos públicos de flertes religiosos com igrejas, sobretudo com aquelas de matriz pentecostal. E, não obstante os ministérios reservados à cota de Olavo de Carvalho serem ocupados por católicos tradicionalistas, eles têm comungado da mesma teologia política hegemônica de matriz pentecostal sem qualquer divergência. A causa maior de um

poder exercido em nome de Deus esconde as distintas confissões que compõem o governo, como fundamento “ecumênico” de um enfrentamento da suposta crise provocada pela esquerda no Estado e na nação brasileira a partir dos governos petistas.

De fato, projetos de natureza religiosa são anunciados como legítimos e necessários: necessidade de um ministro terrivelmente evangélico para o Supremo (critério explicitado na nomeação do Ministro da Justiça em 29 de abril), a afirmação de que as igrejas vão dominar a nação, que os cultos vão ajudar na saúde pública, convênios da Capes com Escola Evangélica norte americana dedicada à formação de pastores, o presidente convidando a nação para um jejum (enfrentamento da crise da pandemia do coronavírus). São algumas medidas e afirmações que já se naturalizam como discurso público. Vários ministérios se apresentam como uma espécie de gestão religiosa do Estado: trata-se de um governo em nome de Deus, com sujeitos que pensam a coisa pública do ponto de vista religioso e com poderes de gestão distribuídos entre igrejas. A afirmação do Presidente de que “o Estado é laico, mas somos cristãos” explicita a credencial religiosa assumida pelos membros do governo. Estado laico, governo religioso.

Os fatos dessa natureza já fazem parte da rotina diária da política nacional e dispensam apresentar documentações e fontes (FONSECA, 2019, p. 5-10). A teologia do poder hoje em pleno funcionamento no governo já não causa desconforto nas mentalidades das elites financeiras e políticas secularizadas que apoiam o governo. Uma causa maior que o estado laico sustenta esses apoiadores que aceitam o sacrifício da laicidade em nome de interesses econômicos (CASTELLS, 2018, p. 19). E, da parte de uma parcela expressiva da população, trata-se de um fundamento natural do poder. Como negar que Deus deva estar sempre no comando da nação, do governo e, no fundo, do próprio Estado?

É necessário lembrar que conceito de teologia política não é unívoco; ao contrário, comporta uma distinção básica entre aquela de tipo integrista que se edifica sobre sequência direta e simples do poder de Deus com o poder político e

aquela que assume o estado laico como mediação necessária para a realização de um projeto de Deus na história. O regime da primeira são as teocracias, o da segunda as democracias. As teologias medievais são as expressões da primeira. A teologia da libertação formulou a segunda. E a teologia política pentecostal? Ao que parece reproduz a primeira percepção com as devidas ressalvas. Entende que o poder vem diretamente de Deus e, por conseguinte, o governo constitui um exercício executado em seu nome. E o governo assume ainda a postura semelhante a uma casta sacerdotal, na medida em que privilegia um quadro gestor explicitamente religioso, que assim se exhibe com seus discursos e projetos. E, de fato, o estado laico muitas vezes parece ser um desconforto que ameaça o que consideram uma autêntica política de estado para os cidadãos, um meio de recuperar a moral e o patriotismo perdidos no mar de lama da modernidade dos costumes e das ideias. Por essa razão, hoje se afirmam como necessários e sem quaisquer escrúpulos modernos, uma bancada legislativa evangélica, ministros assumidamente religiosos e, até mesmo, o Procurador Geral da República que ao ser nomeado não hesitou em afirmar que se tivesse uma terceira mão seguraria uma Bíblia, além da Constituição e da Bandeira já empunhadas pelo ofício público. A bíblia fica segura pela mão invisível do homem vigilante da coisa pública. Tempos de conversões teocráticas. O governo atual afirma em alto e bom som que os poderes públicos devem ser exercidos em nome de Deus e que assim executam suas políticas. Teocracia governamental dentro de um Estado laico.

3 A expansão do poder de Deus

A história moderna desconstruiu as condições teóricas e práticas de implantação de regimes teocráticos, ao menos na práxis política ocidental. A pluralidade cultural e religiosa via de regra garantida como direito pelo Estado supra religioso se impõe como um dado que nega por si mesmo qualquer unidade religiosa implantada por estados confessionais. Contudo, as democracias carregaram em seus exercícios concretos a inevitável presença de representantes confessionais da maioria do povo ou de representantes das religiões hegemônicas que governaram em nome de todos, porém por meio de alianças diretas e indiretas

com determinadas igrejas. O estado laico da sociedade plural e da pluralidade religiosa comporta, por princípio, a possibilidade e o direito de integrar em suas representatividades sujeitos que expressem interesses de segmentos políticos distintos, incluindo os de cunho religioso. Os partidos democráticos cristãos do passado – e também os atuais - se organizaram e atuaram precisamente com esse objetivo, embora mantendo quase sempre uma postura pública de respeito à laicidade do estado. Nesse sentido, as bancadas evangélicas não constituem novidade política, a não ser pelo fato de serem evangélicas ou mais precisamente majoritariamente pentecostais, e, sobretudo, por adotarem como orientação explícita fundamental uma teologia política teocrática. Essa percepção não nasceu pronta na tradição pentecostal, mas, ao contrário, não obstante a diversidade de segmentos e igrejas que compõem a nomenclatura, foi sendo construída na medida em que o segmento se firmava, se expandia e se diversificava no decorrer do século passado.³

As expansões quantitativa e qualitativa dos grupos cristãos de matriz pentecostal têm sido estudadas minuciosamente nas últimas décadas. Os pentecostais avançaram em número e em grupos, vindo a compor um território sociorreligioso de grande complexidade. Alguns dados valem ser recordados: a) a expansão gigantesca desde o início do século XX a partir dos EUA; b) expansão que coincide com os processos de êxodo rural e metropolização; c) e, por conseguinte, com as populações de estratos sociais inferiores; d) a expansão que se desdobra em diferentes tendências e igrejas desde à metade do século passado; e) expansão que avança de uma lógica sectária – igrejas autorreferenciadas, isoladas e opostas ao mundo – para uma lógica de inserção na sociedade moderna; f) expansão que combina modos de organização institucional carismática com estruturação sempre mais racional das igrejas; g) expansão que preserva e reproduz uma cosmovisão religiosa da realidade; h) expansão que historiciza o poder de Deus no tempo

³³ Poder-se-ia perguntar por uma afinidade religiosa popular entre visão teocrática pentecostal e visão teocrática católico-popular de raiz lusitana, na medida em que o pentecostalismo vai se abasileirando (PASSOS, 2001). A autocompreensão política teocrática fez parte da formação do estado português e sua teologia habitou a formação religiosa brasileira. O “Deus brasileiro” pode ser descendente direto do povo lusitano escolhido por Deus. Cf. AZZI, 2005, p. 15-34.

presente, abandonando os escatologismos milenaristas⁴; i) expansão que integra na práxis eclesial a lógica e as exigências mercadológicas das empresas e da cultura de consumo; j) por fim, expansão que avança com estratégias políticas de presença sempre mais ativa no poder público.

Os vigilantes weberianos dos processos sociais observariam de imediato, a institucionalização de um carisma que se rotinizou com o passar do tempo e se fixou como tradição ou, ainda, como aparelho burocrático organizado (WEBER, 1997, p. 156-159). As igrejas superaram a fase sectária e se tornaram burocracias e, por essa razão, adotaram as regras comuns e os comportamentos das demais religiões institucionalizadas em sintonia direta com as empresas modernas. Esse parece ser um fato inegável, sobretudo na igreja pioneira Assembleia de Deus que nasceu carismática e hoje se mostra como organização burocrática de grande porte e com forte presença no cenário político nacional. Mas, o conjunto das igrejas que vão surgindo no decorrer do tempo revela originalidades, quando focado pelo esquema weberiano. Parece ter havido, na verdade, uma reinvenção pentecostal em terras brasileiras, dado que rompe com qualquer processo linear sequenciado como *carisma-rotinização-institucionalização* e que desenhou o conjunto complexo das igrejas pentecostais. Os chamados neopentecostais já nasceram na sua maioria como empresas bem estruturadas e ganharam dimensões gigantescas em algumas décadas. Não foram necessariamente descendentes diretas de igrejas menores de natureza carismáticas ou sectárias. Outra observação que limita a cartilha weberiana diz respeito à própria dinâmica de racionalização pentecostal. Se, por um lado, as igrejas neopentecostais podem ser definidas como empresas burocráticas, elas não superaram sob nenhum aspecto, duas características pré-modernas persistentes nas tradições religiosas. A primeira referente à própria gestão das igrejas-empresas: o exercício tradicional de poder familiar dessas igrejas revela, na verdade, a empreitada criativa de seus fundadores. Cada igreja parece já ter nascido com seus donos e ainda narram a saga do exercício do poder pela regra

⁴ O pentecostalismo afirmou e reproduziu a teologia milenarista gestada no movimento fundamentalista norte-americano (Cf. a clássica coletânea, *Os fundamentos*, p. 689-698). O mal seria vencido com a vinda iminente de Cristo. De um modo geral, as denominações pentecostais avançaram de uma postura de distância política da história amparada pela expectativa da vinda de Cristo que venceria o mal (Demônio) para um domínio imediato do mal, amparado por uma teologia do poder de Deus que vence o mal aqui e agora. CESAR-SHAULL, 1999, p. 11-116.

da fidelidade à autoridade pessoal. No caso, já nasceram tradicionais. Elas têm sido geridas diretamente pelos seus fundadores – donos – modelo que gera, por um lado, as próprias cisões das confissões e, por outro, o comando direto da máquina burocrática a partir de regras personalizadas de exercício do poder. A segunda e mais significativa para essa reflexão refere-se à permanência de uma visão encantada da realidade no *modus credendi* e no *modus operandi* dos pentecostais. As igrejas e a matriz cristã pentecostal não operam com a cosmovisão moderna do mundo desencantado pela ciência e pelo exercício do poder público, como indicaria um real processo de racionalização do carisma. As narrativas fundantes e o “corpo doutrinal” centrado em conteúdos bíblicos permanecem operando na lógica do mito que identifica passado e presente em cada ação ritual e em cada narrativa bíblica repetida (ELIADE, 1998, p. 7-23). As igrejas pentecostais se alimentam e se reproduzem com uma percepção sobrenatural da realidade natural (a ordem natural é a expressão imediata da ordem sobrenatural) e, por conseguinte, por meio de práticas de intervenção mágica sobre os fatos e contingências da natureza e da história (a causa sobrenatural devidamente conhecida e “dominada” interfere nas consequências naturais). Essa visão encantada da realidade subsiste com suas representações e práticas, resistentes ou paralelas àquelas racionalizadas no interior do processo de formação do próprio Ocidente. Carecem, no caso, de uma teologia, de normas morais e disciplinares e de normas rituais que indicariam um controle racional da tradição e caracterizaria a racionalização religiosa, como nas demais igrejas cristãs históricas no Ocidente (WEBER, 1996, 11-12).

Portanto, na contramão ou no subsolo dessa história ocidental sinônima de racionalização, os pentecostais têm reproduzido uma cosmovisão religiosa da realidade centrada no poder de Deus em oposição às mediações racionais modernas que desencantam as relações de causa e efeito e ponderam os discursos sobre Deus (com as diversas teologias), assim como as práticas rituais e as normas morais. Tal percepção encantada da realidade (PIERUCCI, 2003) vem alojada em empresas religiosas e conta com os mecanismos de uma organização burocrática decidida em utilizar-se de todos os meios de subsistência e expansão mediante a inserção direta no mercado e a participação no poder político. Essa postura

constitui a pedra angular do edifício que hoje mostra suas representações e práticas teocráticas à luz do dia.

4 A construção da teologia política pentecostal

Como já foi dito, os pentecostais foram sendo construídos no decorrer do século passado em suas diversas frentes confessionais. No solo brasileiro foi tecendo afinidades com os contextos históricos e, evidentemente, com a religião popular predominante de matriz católica (PASSOS, 2001). Como será exposto nos itens a seguir, a teologia pentecostal do poder de Deus se expandiu da ação divina na comunidade dos fiéis crentes para uma ação pública e cada vez mais política que tem seu ápice no governo atual. O processo de construção pentecostal revelou de um modo geral a presença de igrejas que vão assimilando a lógica moderna de organização institucional e as linguagens da cultura de consumo, assim como as estratégias políticas de presença pública por meio dos mecanismos políticos regulares da representação nos poderes legislativos e executivos. O poder de Deus operado dentro das igrejas, expandiu-se para o mundo concreto e para a política. A afirmação do poder e, portanto, da ação direta de Deus sobre a realidade presente chegou ao espaço mais adequado de atuação, onde as lideranças defendem os interesses de Deus e formam frentes para avançar nesse projeto teocrático. Os poderes instituídos devem governar em nome de Deus e lutar contra tudo o que impedir a viabilização desse projeto no hoje da história; os governos são forças teocráticas, assim como as forças espirituais dos “governos” pastorais das igrejas.

a) A teologia do poder de Deus

Uma teologia do poder de Deus constitui a raiz de todas as teologias que subsistem nas práticas pentecostais. O pentecostalismo surgiu como testemunho da manifestação sensível do poder de Deus na vida dos fiéis e, por decorrência, como empoderamento dos fiéis, na medida em que recebem os dons do Espírito e os manifesta publicamente. O evento de Pentecostes é atualizado como poder do Espírito no presente. O derramamento dos dons do Espírito foi a marca da

evolução e expansão pentecostal desde o evento da Rua Azusa em 1906 em Los Angeles (FREESTON, 1994, p. 74-75). Deus se manifesta naquele que crê e opera com seu poder que liberta de todos os males. A teologia da santidade subjacente a essa visão distingue-se na raiz da tradição clássica protestante – particularmente das confissões de matriz calvinista – que separa de modo distinto a condição do pecador decaído e a dimensão da graça de Deus. A graça é dom de Deus que se acolhe, se crê e se espera tão somente pela fé e jamais será conferida empiricamente por sinais sensíveis ou obtida por meio de qualquer gesto humano. A esfera do poder de Deus é somente dele e ninguém pode ser empoderado, apenas agraciado. A teologia pentecostal é do empoderamento sensivelmente verificado pelos dons manifestos pelos fiéis. E aquele que possui os dons opera os efeitos dos mesmos a outros fiéis que buscam. As igrejas pentecostais foram constituídas sobre essa fé e a partir dela se expandiram e se diversificaram.

b) O poder que agrega os fiéis em comunidades de salvos

As comunidades pentecostais levaram adiante essa fé fundamental. As fases de seu desenvolvimento relatam uma espécie de crescendo e de disputa dos mais empoderados pelos dons do Espírito. Cada comunidade é um grupo empoderado que atrai para si novos conversos na medida em que propiciam a experiência do poder de Deus em suas vidas quase sempre contingenciadas por necessidades de soluções urgentes. Os pentecostais são os libertados pelo poder de Deus que reproduzem essa fé em suas reuniões, em seus cultos, nos milagres operados por Deus na vida do crente. A *fuga mundi* caracterizou a tradição pentecostal ao menos nos seus primeiros cinquenta anos. As comunidades dos eleitos e dos salvos subsistiam como grupo politicamente autossuficiente, sendo que o mundo da política constituía precisamente o antídoto do mundo dos salvos. Nessa fase, resta ao fiel pentecostal manifestar o poder de Deus aos do mundo com a finalidade de trazê-lo à comunidade dos salvos: uma teocracia eclesiocêntrica que constitui um microcosmo em oposição ao poder secular do mundo, muitas vezes visto como cenário de ação do próprio autor do mal.

c) O poder da prosperidade

O Deus que salva e liberta dos males possibilita uma vida feliz ao crente que vai dar um passo à frente ao estabelecer a conexão entre graça-prosperidade. O poder de Deus elege aquele que nele crê e lhe confere prosperidade imediata. O Todo poderoso empodera o fiel e, por conseguinte, ser bem sucedido constitui já não somente um sinal da graça divina, mas um direito do convertido, do filho do dono de todos os bens materiais (GONDIM, 1993; MARIANO, 1999, 147-180). Uma teologia do poder espiritual e do domínio espiritual vai sendo somada e gradativamente sucedida por uma teologia material e do domínio sobre matéria. de cunho histórico Deus é o autor do mundo e dono de todos os bens. O domínio de Deus é histórico e presente; a salvação é uma conquista imediata do fiel, um empoderamento imediato que ocorre na proporção da fé. A riqueza é um bem e a pobreza é um mal a ser superado. Uma redução última da realidade histórica *Deus* ⇔ *riqueza* e *Diabo* ⇔ *pobreza* A chamada teologia da prosperidade sintetizou essa visão e ofereceu os meios de domínio do mal e de superação das dificuldades materiais e existenciais. O benefício de Deus para o fiel é público e se mostra inequivocamente na prosperidade. Quem tem fé tem poder de crescer em benefícios pessoais e econômicos. A teologia da prosperidade afirmou o poder visível, imediato e político de Deus sobre a vida de cada fiel, afirmou cada vez mais a centralidade da doação material a Deus como prova de fé e condição para a prosperidade, elaborou técnicas rituais de domínio sobre as precariedades da vida de modo particular sobre o Demônio e possibilitou o enriquecimento das igrejas e de pastores que foram ganhando poder público sempre mais notório. A prosperidade despertou a vocação pentecostal para o exercício do poder mundano como forma legítima de atuar em nome de Deus e avançar na prosperidade por todos os meios políticos.

d) O poder político de Deus

O Deus todo poderoso que age diretamente no mundo opera em uma lógica que integra todas as dimensões da realidade e da vida humana. Na sequência que

se expandiu do individual ao social, do espiritual ao material, do escatológico ao histórico e do cosmos ao político o poder Deus é afirmado como certo: Deus está no comando! Alguns aspectos desse domínio divino transubstanciado em domínio político podem ser esquematizados como: 1º) Causalidade sobrenatural: Deus é a causa de todas as coisas e pode alterar o rumo dos fatos por meio de sua ação milagrosa sem limites, a depender somente da fé dos que nele creem; 2º) Dualismo cósmico: separação radical entre o bem (Deus) e mal (Demônio) que se expressa na história mundial, nacional e individual; 3º) Historicidade: poder atual de Deus que supera a expectativa escatológica clássica que aguardava o retorno iminente de Cristo; 4º) Eclesiocentrismo: as igrejas presentificam a força salvadora de Deus na história e onde estiver a igreja estará Deus e seu poder; 5º) Teocracia: Deus tem um projeto capitaneado pelas igrejas a ser implantado no mundo vencendo todos os males: da doença, da corrupção, da pobreza, da educação imoral etc. Deus salvará a nação por meio de seus governantes; 6º) Cruzada contra o mal: afirmação de estratégias políticas para instaurar o projeto de Deus a partir dos três poderes, forma de vencer os grandes inimigos de Deus instalados na política, nas escolas e na cultura de um modo geral; 7º) Messianismo: líderes eleitos agem como ungidos de Deus: escolhidos e confirmados para conduzir uma batalha espiritual (política, econômica e cultural) no momento presente da história; 8º) Infallibilidade: os líderes atuam baseados na palavra infalível de Deus e suas ações são sempre verdadeiras, dispensando qualquer teste de evidência do ponto de vista dos fatos e das ciências.

5 As condições históricas de emergência da teologia teocrática pentecostal

Essa teologia foi sendo construída com matérias primas do passado (conteúdos bíblicos de leituras fundamentalistas e velhas regras de poder autoritário) e do presente (leituras das crises atuais dos projetos ultraliberais), com sujeitos procedentes de distintas igrejas e com sujeitos políticos profissionais, com representantes das elites e das classes mais desfavorecidas. Nesse sentido, significa um ponto de confluência para um projeto de poder que se pretende implantar com o objetivo de salvar o país da hecatombe final. As instituições laicas – empresários,

políticos e grande mídia - que deram apoio político à aliança salvadora da pátria (da nação, da família, da educação e da moral) fizeram ouvidos moucos à visão teocrática que acompanhava esse processo, visível nos discursos e evidente nos sujeitos (bancada evangélica e pastores pentecostais). Nada muito inédito, uma vez que nem mesmo o judiciário brasileiro fez contas das irregularidades ocorridas durante a campanha presidencial. A xenofobia, o racismo e a violência diariamente bradados como itens de uma bandeira política, não foram encarados como crime nem pelas mídias e nem pelo judiciário. As leituras teológicas teocráticas pareceram soar como um folclore político sem grandes consequências na estrutura estável do Estado laico. Talvez Hanna Arendt dissesse que pela mentalidade da ralé a teologia teocrática chegou ao poder numa aliança com as elites (2000, p. 376). Os tópicos seguintes expõem de modo sucinto o percurso concreto da politização da teologia do poder de Deus por meio dos sujeitos pentecostais que ofereceram suas confissões e sujeitos habilitados como base de um projeto de salvação da nação do caos político. A chegada desses ao poder executivo significou uma espécie de batalha final do bem contra o mal.

a) As igrejas rumo ao poder

A teologia do poder de Deus foi construída em um crescendo que foi do poder espiritual de Deus e do fiel ao poder material de Deus e do fiel, tendo sempre a mediação do pastor ungido pelo Espírito para essa missão: mediar sacerdotalmente o domínio de Deus sobre o mundo. O pastor é o ungido que possui poderes de ligar o poder de Deus com os fieis crentes; é um distribuidor de poderes entre os fieis e sua palavra opera o que promete por se tratar de um amplificador e atualizador da própria Palavra de Deus. Por essa razão, trata-se de uma liderança delegada por Deus e pelo povo para atuar nas comunidades e no mundo, de forma que sua ascensão econômica e social constitui a própria prova da prosperidade concedida por Deus a seus eleitos. E as igrejas antes isoladas vão sendo cada vez mais entendidas como munidas de uma missão de expansão no mundo pelas vias da política. O crente pentecostal pretende dominar o mundo para Deus e em nome de Deus. Os outdoors instalados nas entradas das cidades repetiram essa máxima

de fé: *tal cidade é do Senhor Jesus!* As bancadas evangélicas (PIERUCCI, 1989; FRESTON, 1993) deram eficácia real para essa teologia política já construída no imaginário pentecostal. O deslocamento do poder político dos pentecostais do legislativo para o executivo não fez mais que transferir essa teologia já elaborada e em pleno exercício, dando a ela uma operacionalidade inédita por estar nas mãos do chefe máximo da nação que, embora se declare católico, já havia selado a aliança do batismo pentecostal no Rio Jordão. Uma teologia teocrática diluída na diversidade natural do exercício das casas legislativas mostrou-se de modo destilado, concentrado e visível na gestão do governo geral do país.

b) Poder dos sem poderes

A relação entre pentecostalismo e pobreza é um dado que já foi bastante estudado pelos especialistas (CORTEN, 1986). Os pobres empoderados por Deus, pelo sangue de Jesus e pelos dons do Espírito compõem o perfil da demografia pentecostal, na medida em que se expande do norte para o sul do planeta. A América Latina foi um território fecundo dessa expansão, sobretudo a partir da segunda metade do século passado.

O cristianismo pentecostal foi sendo construído por sujeitos que estavam fora das formulações intelectualizadas e das hierarquias eclesásticas; como poder marginal de quem não detinha poder religioso oficial, porém vivenciando a experiência primordial se sentiam autorizados e empoderados pelos dons do Espírito. As igrejas pentecostais contam, nesse sentido, a história do poder de Deus que confere poder aos pobres e necessitados. Deus age no crente: pelos dons das línguas, das curas, do exorcismo etc. A comunidade pentecostal é não somente um refúgio dos convertidos salvos do ponto de vista espiritual, mas também dos libertados dos males que afligem a vida, particularmente as doenças. Para alguns, trata-se de uma forma de organização dos pobres (BASTIAN, p. 1997, p. 139-143). O imaginário escatológico que coloca a salvação no tempo depois dessa vida, vai sendo entremeado e muitas vezes suplantado pela experiência presente do poder

libertador de Deus. Crer é possuir a bênção oferecida por Deus no instante presente.

Os pobres compuseram, sem dúvidas, o grande contingente populacional que sustentou as igrejas pentecostais e, por conseguinte, os eleitores das bancadas evangélicas e dos representantes dos executivos das diversas esferas. Agregadas às massas empobrecidas e religiosamente ativas, as tendências pentecostais hospedadas pelas igrejas históricas, incluindo a própria igreja católica, reforçaram a batalha espiritual em prol de um governo exercido em nome de Deus, ainda que compostas por classes sociais de maior poder aquisitivo (CESAR-SHAULL, 1999, p. 159-242). A cosmovisão pentecostal agregou naturalmente as diferenças de classe social e ofereceu os fundamentos seguros de uma intervenção religiosa no poder nacional. A conflagração contra o mal e o demônio, origem de todos os males, forneceu e fornece a base mística militante de enfrentamento político dos males encarnados na política nacional. A luta de Deus contra o mal chegou ao poder executivo, após consolidada em batalhas políticas nas câmaras legislativas.

c) A crise política como conjuntura imediata

A chegada dos pentecostais ao poder com sua teologia política teocrática não pode ser vista como consequência de um movimento histórico linear e simples. Ao contrário, uma conjuntura mais ampla e imediata possibilitou essa emergência com sua força de legitimidade. A consolidação dos pentecostais abriu, sem dúvidas o caminho, para uma conflagração mais ampla amparada pela crise política mundial e pela emergência de líderes autoritários dispostos a salvar o Ocidente do assalto de inimigos políticos, de costumes corrompidos e da manipulação de uma “falsa ciência”. A salvação só pode ser feita retomando os valores do passado, há muito perdido e instaurando regimes soberanos capazes de defender as nações da deterioração final. A emergência de uma direita mundializada teve como bases essa percepção conspiratória e a volta dos velhos fundamentos do Ocidente cristão. Manuel Castells fala em uma crise mundial da democracia liberal como conjuntura que precipita a volta aos fundamentos da ordem.

[...] a crise de legitimidade democrática foi gerando um discurso de medo e uma prática política que propõe voltar ao início. Voltar ao Estado como centro de decisão [...]. Voltar à nação como comunidade cultural [...]. Voltar à raça, como fronteira do direito ancestral [...]. Voltar também à família patriarcal [...]. Voltar a Deus como fundamento [...]. (CASTELLS, 2018, p. 37-38).

Essa tendência política contemporânea compõe o cenário de fundo no qual as “voltas” aos fundamentos se encontram numa espécie de confluência natural de tendências religiosas e tendências políticas, sempre em nome de um poder forte o suficiente para recuperar a ordem perdida.

A teologia teocrática pentecostal se insere nessa sintonia com a crise da democracia liberal que tem como prova de falência a corrupção. Uma nova ordem pautada em novos fundamentos e conduzida por líderes fortes desconsidera as velhas regras do jogo democrático, do estado de direito, do estado de bem estar social e dos próprios direitos humanos. Para os analistas políticos Levitsky e Ziblatt trata-se de estratégias de morte da democracia. As democracias morrem de maneira cada vez mais legítima, rompendo com os velhos métodos de tomada violenta do poder e corroendo por dentro os velhos princípios institucionalizados pelas democracias ocidentais. A rejeição ou relativização do jogo democrático, a negação da legitimidade dos oponentes, a tolerância e encorajamento à violência e a restrição às liberdades civis constituem as frentes regulares dessa tendência cada vez mais mundializada (2018, p. 70-71).

d) Deus contra o caos

Ainda que o governo brasileiro evidencie uma aliança entre grupos de direita e teologia do poder teocrático pentecostal como lógica política regular dos regimes autoritários que alia estado e igreja, é necessário recordar também a função legitimadora da religião nos momentos de crise. A relação entre caos-cosmos compõem a dialética própria da religião, conforme explica Peter Berger em sua obra clássica *O dossel sagrado* (1985). A precariedade da realidade exige um fundamento seguro. As conjunturas de crise encenam de modo concreto e histórico esse princípio e apontam para o socorro da religião. As crises não são construídas

arbitrariamente a partir de um conjunto de ideias, mas dependem daqueles sujeitos ou veículos capazes de demonstrá-las e defini-las como tais. O caos iminente exige um socorro proporcional de uma solução. O “caos político” que dividiu o país em dois blocos opostos de inimigos abriu espaço para a explicitação pública de uma perspectiva teocrática salvadora da nação, tendo como base a dissolução crescente da consciência de classe e das organizações sociais e políticas (ARENDR, 2000, p. 372-375; 417). E uma vez demonstrado o caos e seus agentes, bem como a consciência dos riscos de dissolução da realidade, é necessário construir as bases seguras que superem o caos com o cosmos, a precariedade com a ordem. A religião é a fornecedora da base mais radical que garante a estabilidade da realidade precária. Em tempos de crise, a necessidade de solução torna-se urgente e aguda: é preciso superar o caos com um fundamento seguro gerador de estabilidade. As recaídas teológicas teocráticas que têm ocorrido pelo mundo afora e adquirido expressões caricatas. No caso brasileiro, confirmam e se inscrevem nessa busca de um fundamento que permita ao Ocidente em crise retomar suas raízes religiosas e morais por meio de poderes políticos que assumem explicitamente fundamentos religiosos.

Resta perguntar qual o projeto político da teologia teocrática dos pentecostais. A gramática religiosa expõe princípios que fundamentam discursos do mandatário maior, assim como de vários de seus ministros. Na trincheira de frente estão visivelmente fora desse encantamento político as alas militar e econômica, porém em uma afinidade política que não revela grandes desconfortos. Parece evidente que um projeto ultraliberal assumido como saída histórica para o país e contando com apoio de forças autoritárias abraça a perspectiva teocrática do poder como estratégia viável ou conveniente. Parece desenhar uma confluência entre os tipos de poder do comerciante, do sacerdote e do guerreiro propostos por David Priestland (2014). Alianças semelhantes já praticadas no passado e em outros cantos do planeta e narram a saga dos poderes absolutos que se legitimam no fundamento absoluto do poder de Deus. É quando a teocracia mata inevitavelmente a democracia, ainda que por envenenamento gradativo das mentes e dos processos de exercício do poder. A causa maior do projeto ultraliberal que

tudo relativiza em função de seus objetivos reformadores tem contado com o apoio divino sustentado pelos sujeitos pentecostais de dentro e da base do governo. A nova razão do mundo (DARDOT-LAVAL, 2016) ressuscita todos os mortos pré-modernos que possam auxiliar na implantação de seu projeto contra os velhos valores da democracia e do estado de direito.

Considerações finais

Os pentecostais chegaram ao poder executivo e colocaram em público sua teologia política teocrática, antes em pleno exercício nas bancadas por eles capitaneadas no legislativo e, antes ainda, em seus imaginários religiosos. Do fundamento pentecostal retiraram a fé no poder de Deus, atuante na vida do fiel, capaz de nela manifestar e atuar com seus dons e capaz de transformá-la na exata medida da fé, agora identificada com as obras pelo gesto de doação material. Essa heresia protestante constrói uma teologia da realidade presente e coloca o poder de Deus atuante no mundo. As possibilidades de acesso ao poder ofereceram as condições de transposição do poder de Deus para a esfera do poder político exercido em seu nome. As imagens teocráticas presentes do Antigo Testamento dão a sustentação bíblica inquestionável para o exercício do poder por parte de seus eleitos. Os crentes em Deus dominarão a nação com suas bandeiras bíblicamente fundamentadas. O poder Deus chegou lá onde estava ausente: no Estado laico dominado por descrentes, imorais e corruptos.

Como explicam Levitsky e Ziblatt (2018), hoje as democracias morrem lentamente sem os clássicos golpes do passado. Vão morrendo, na medida em que governantes legitimamente eleitos assumem posturas e tomam medidas que menosprezam os seus princípios e regras. Nessa metodologia política, autoritarismo convive com estruturas democráticas, discursos antidemocráticos e intolerantes adquirem publicidade e vão se tornando legítimos, medidas discriminatórias buscam formas legais de serem operacionalizadas, espaços instituídos regulares de exercício do poder cedem lugar a espaços midiáticos, autonomia política dos estados recuam perante o poder do capital internacional. A

identidade e as regras seguras do poder político democrático e do Estado moderno laico são borradas por tendências, ideias e forças por princípio estranhas às regras do jogo democrático. Talvez Bauman denominasse essa dinâmica como “democracia líquida”. A teologia política teocrática vem habitando essa nova cultura política com contornos particulares em diferentes países. No Brasil, por uma conjugação de fatores, grupos pentecostais têm explicitado o ingrediente teocrático nos postos que ocupam no governo atual sob a regência atrapalhada do presidente da república: meio pentecostal e meio católico. A visão teocrática chegou ao poder e ocupa aí um lugar natural para os que a defendem em seus postos de governo, mas também para a população por eles representada. Um estado terrivelmente evangélico seria visto, com certeza, como positivo não somente para a maioria dos pentecostais ali representados, mas também por boa parte da população. E, curiosamente, outros credos apoiadores do governo, incluindo os católicos integristas, não reivindicam sua parte do bolo; ao contrário, convivem com a imagem de uma república evangélica sem problemas. A liquidez religiosa segue seu curso, regida pelo que interessa: as políticas ultraliberais e o estado com força suficiente para implantar suas regras por meio das reformas urgentes.

A religião colocada a serviço do poder político. Performance política que a história narra em detalhes e revela uma regularidade: a religião como fundamento de regimes autoritários. A versão pentecostal da teologia do poder hora em curso no governo brasileiro narra também a trama das alianças de grupos de direita com a religião, como ocorreu em várias ditaduras latino-americanas. O poder forte para exercer seu projeto de salvação do caos necessita de fundamentos transcendentais, de dogmas fundantes e de heróis delegados por Deus para tal tarefa urgente. A teologia política pentecostal opera com esse princípio e em torno dele arregimenta os apoiadores do regime atual como bolha resistente a qualquer evidência crítica contrária. A semelhança com a lógica do poder totalitário é visível a olho nu. Explica Hanna Arendt que faz parte da lógica desse poder ser uma espécie de verdade que fala por si mesma e dispensa a verificação de sua factualidade e coerência por ter no comando um líder infalível (2000, p. 398). O mandatário é um

“mito” verdadeiro e bom e está acima de qualquer julgamento. Não por acaso, o termo tem sido adotado pelos bolsonaristas para designar o presidente.

O futuro nos reserva, por certo, acertos de contas inevitáveis. As apostas teocráticas em regimes e governos não demoram em oferecer seus “desgastes teológicos”, na medida em que os desgastes políticos se impõem inevitavelmente. O poder de Deus colocado ao teste da eficácia não tarda mostrar sua ambiguidade e falência. Outra interrogação diz respeito à diversidade de interesses das igrejas pentecostais que comungam da mesma teologia teocrática e na qual inclui os próprios católicos tradicionalistas. Até quando esse ecumenismo político subsistirá? Terá consistência para vencer as rotinas administrativas que trazem inevitavelmente a dispersão, na medida em que os interesses se acirram? A Carta Magna sustenta a estrutura e as funções do Estado laico. Estamos vivendo nada mais que a passagem de um carro alegórico de fantasias teocráticas? O que restará desse projeto após o recente tsunami da pandemia do coronavírus? Mas, afinal, se Deus é brasileiro deve estar sempre acima de tudo!

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANTOINE, Charles. **O integrismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

AZEVEDO, Thales de. **A religião civil brasileira: um instrumento político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

AZZI, Riolando. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Riolando. **A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BASTIAN, Jean-Pierre. **La mutación religiosa de América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**. São Paulo: Paulus, 1985.

BLOOM, Harold. **La religión en los Estados Unidos**: el surgimiento de la nación poscristiana. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1997.

CAMPOS, Leonildo S. **Teatro, templo e mercado**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CESAR, Waldo-SHAULL, Richard. **Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs**. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1999.

CORTEN, André. **Os pobres e o Espírito Santo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DARDOT, Pierre – LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FONSECA, A. B. FONSECA, Alexandre B. As religiões e suas contribuições para o surgimento do bolsonarismo: discursos evangélicos de uma nova direita cristã à brasileira. *In*: SOLANO, E. (ed.). **Brasil em colapso**. São Paulo: Unifesp, 2019.

FONSECA, A. B. **Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro?** IHU On Line, 2018a. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584446-foram-os-evangelicos-que-elegerambolsonaro>. Acesso em: 14 mai. 2020.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. *In*: ANTONIAZZI, Alberto *et al.* **Nem anjos nem demônios**: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-223.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GALLEGO, Juan M. L. **Integrismo e intolerância en la Iglesia**. Madrid: PPC, 2019.

GONDIM, Ricardo. **O evangelho da nova era**: uma análise e refutação bíblica da chamada Teologia da Prosperidade. São Paulo: Abba Press, 1993.

LEVITSKY, Steven- ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LILLA, Mark. **A grande separação**: religião, política e Ocidente moderno. Lisboa: Gradiva, 2007.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MINOIS, Georges. **História do ateísmo**. São Paulo: Unesp, 2014.

NEMO, Philippe. **O que é o Ocidente?** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PASSOS, J. Décio. **Teogonias urbanas**: o re-nascimento dos velhos deuses. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

PIERUCCI, A. F. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 32, 2003.

PIERUCCI, A. F. **Representantes de Deus em Brasília**: a bancada evangélica na Constituinte. São Paulo: Vértice: ANPOCS, 1989.

PRIESTLAND, David. **Uma nova história do poder**: comerciante, guerreiro, sábio. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais**: gênese, estrutura e função. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostalismo**: Brasil e América Latina. Petrópolis: Vozes, 1995.

TORREY, R. A. (ed.). **Os fundamentos**. São Paulo: Agnos, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.